



POVOS ORIGINÁRIOS

O PGTA determina que as decisões sobre as terras sejam tomadas pelos próprios indígenas, que serão consultados sobre novos projetos

Autonomia para Kayapó

» VITÓRIA TORRES*

Após nove anos de debates, o povo Kayapó deu um importante passo na luta pela preservação de seus direitos e territórios. Cerca de 40 lideranças da Terra Indígena (TI) Kayapó, representantes de organizações civis e do governo lançaram, na semana passada, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e o Protocolo de Consulta da TI Kayapó.

Os documentos foram elaborados, de forma coletiva, pelas mais de 80 aldeias Kayapó, localizadas no sudeste do Pará. Eles garantem que decisões sobre a terra sejam tomadas pelos próprios indígenas, como forma de deixar que escolham como querem que as próprias terras sejam geridas, e não o governo ou as forças, assegurando segurança e autonomia para as comunidades.

Com o PGTA, cerca de 7 mil kayapós, que vivem em uma área de mais de 3 milhões de hectares, serão beneficiados. Já o Protocolo de Consulta assegura que nenhum projeto ou iniciativa que impacte as terras Kayapó seja implementado sem consulta prévia às comunidades, como exige a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"O plano é uma ferramenta de defesa e segurança para os povos indígenas, principalmente para as futuras gerações, independentemente do governo que esteja no poder. Foi preciso fazer todo um processo de consulta, levar informação para dentro das comunidades, adquirir a confiança e mostrar que esse trabalho é importante para a defesa do território. Foi uma discussão longa", disse o representante do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e da Associação

Irepyrgranhti Kayapó



Indígenas do povo Kayapó dançam no lançamento do plano de gestão ambiental, no Memorial dos Povos Indígenas

Angrokrere, Sandro Takwry Kayapó, que participou ativamente do processo de elaboração do plano.

Direitos ameaçados

Sandro destacou que a elaboração dos documentos ocorre em um contexto de ameaças constantes aos direitos indígenas, incluindo a tese do marco temporal. "Os nossos direitos estão sendo ameaçados por todos os lados. A tese do marco temporal deveria ser inconstitucional, por não reconhecer o direito original dos povos indígenas ao território", declarou. O PGTA critica fortemente a atuação de agentes externos, como grileiros e madeiros ilegais, que destroem o meio ambiente e ameaçam a cultura indígena.

Em relação à participação coletiva de todo o povo Kayapó, a representante

da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Oé Kayapó, enfatizou a participação das mulheres e mães no processo de criação do PGTA. "As mulheres têm um pensamento e uma complementação coletiva. Elas que estão nas aldeias e sentem os primeiros impactos que aparecem, seja das mudanças climáticas, da agressão ao território ou da alimentação. Também são elas que sabem da situação da saúde da comunidade e que vão para a cidade procurar saúde e proteção social", afirmou.

O PGTA também contempla diretrizes para a saúde indígena, valorizando conhecimentos tradicionais sem descartar a medicina ocidental. "O plano reconhece o trabalho dos pajés, das parteiras e o uso de ervas medicinais, enquanto também garante acesso aos remédios da farmácia", destacou Bebô Kayapó, coordenador do DSEI Kayapó Pará.

Cinco eixos

O plano está estruturado em cinco eixos principais, que abordam questões culturais, ambientais, produtivas, de saúde e de governança. Cada eixo apresenta diretrizes que serão implementadas de forma contínua no território. Os eixos são: Cultura e conhecimento; Território, ambiente e infraestrutura; Atividades produtivas e geração de renda; Saúde e Governança e fortalecimento político.

Com o plano em mãos, os kayapós pretendem dialogar com instâncias governamentais e parceiros para garantir a homologação e implementação efetiva das diretrizes. Além disso, a comunidade Kayapó espera que o PGTA sirva de exemplo para outros povos indígenas, incentivando a criação de estratégias semelhantes para preservar suas terras e culturas.

Eles enfatizam que, embora a TI Kayapó esteja demarcada há mais de 30 anos, nunca houve, até então, um documento que expressasse claramente os objetivos e intenções do povo em relação a gestão do território.

Os kayapós consideram o lançamento do PGTA uma conquista importante, mas reconhecem que é apenas mais um passo na longa luta pela proteção de sua terra e cultura. O PGTA também traz críticas ao homem branco, apontado como o principal responsável por roubar, invadir e degradar as terras Kayapó, além de representar uma ameaça à preservação da cultura indígena.

Terra Indígena Kayapó

A Terra Indígena Kayapó, homologada em 1991, possui uma área de mais de 3,2 milhões de hectares e está localizada no sul do Pará, no extremo sudeste amazônico. Junto a outros territórios contíguos, forma um bloco de 10,6 milhões de hectares de florestas e cerrados, que trabalham na manutenção do clima e no regime de chuvas, não só no Brasil, mas globalmente.

Apesar de enfrentar intensas pressões de redes criminosas ligadas à exploração de ouro e madeira, os kayapós têm resistido bravamente, protegendo seus recursos naturais e cultura. A elaboração do PGTA e do Protocolo de Consulta contou com o financiamento do Fundo Amazônia/BNDES, do Instituto Socioambiental e da Vale, além do apoio da Funai, da Secretaria Especial de Saúde Indígena e da Associação Angrokrere.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

CLIMA

Chuva afeta 24 municípios em SC

» RENATO SOUZA

Os temporais que caíram no fim de semana deixaram situação de calamidade e de alerta em Santa Catarina. Até o momento, 24 cidades foram afetadas e 1,3 mil pessoas foram atingidas pelas fortes chuvas. A Prefeitura de Araquari decretou situação de emergência em razão do alagamento de ruas e do aumento no nível de rios que passam pela região. Guaramirim, que fica na mesma região, ativou um plano de contingência para retirar moradores de áreas propícias a inundações.

No município de Bom Retiro, 200 pessoas precisaram deixar suas casas. Em Joinville, uma das maiores cidades da unidade da Federação, a água invadiu casas e prédios públicos, gerando danos para

moradores e comerciantes. Em São Bento, a Defesa Civil registrou alagamentos em diversas cidades e quedas de muros. Em Bom Retiro, seis pessoas precisaram ser resgatadas por conta de inundações. Dois moradores foram retirados por equipes do Corpo de Bombeiros de cima do telhado da casa em que moravam.

De acordo com as vítimas, elas não conseguiram sair de casa por conta da água ter subido rapidamente, e já estar batendo na altura do peito. Além disso, a rede elétrica permaneceu ligada, o que fez com que qualquer pessoa que tocasse na água levasse choque. A Central de Monitoramento da Defesa Civil informou que o município de Dionísio Cerqueira, no Oeste do estado, registrou precipitação com 186,4 mm de chuva em apenas 48 horas.

O secretário de Proteção e Defesa

Civil, Fabiano de Souza, afirmou à imprensa que os esforços ocorrem para garantir segurança aos cidadãos. "Estamos mobilizando esforços conjuntos para atender as populações afetadas, minimizar os danos e garantir segurança", disse ele.

O governador do estado, Jorginho Mello, afirmou que está em contato permanente com outros integrantes do governo e acompanha as ocorrências de perto para tomar as medidas necessárias para amenizar as consequências. "Acompanhei a situação em todos os municípios atingidos, que já registraram alguma ocorrência. O estado trabalha, agora, mais na proteção do que na defesa. Todo o nosso trabalho que tem sido feito nas barragens é pra evitar os grandes desastres e acima tudo salvar vidas", destacou.

ÓBITO

Passageira do DF é encontrada morta em aeroporto de Fortaleza

Uma mulher de 66 anos foi encontrada morta no banheiro do Aeroporto Pinto Martins, de Fortaleza, ontem. A concessionária que administra o terminal, a Fortaleza Airport, informou que a passageira embarcou em Brasília.

No corpo não foram encontrados sinais de violência. "A equipe médica do aeroporto realizou os procedimentos de reanimação, porém, sem sucesso. A Perícia Forense foi acionada para os devidos procedimentos", disse a administradora. A Polícia Civil abriu um inquérito para apurar o caso e avaliar se a morte ocorreu por causas naturais.

A Secretaria de Segurança Pública do Ceará informou que é

necessário aguardar os resultados da perícia para ter mais detalhes sobre o caso. "Somente após laudo da Pefoce será possível confirmar a causa da morte. O caso está a cargo do 25º Distrito Policial (DP)", informou o órgão. O atendimento inicial para a passageira ocorreu por parte da própria equipe médica do aeroporto. No entanto, como os sinais vitais não retornavam, equipes de resgate do poder público foram acionadas, mas não conseguiram reanimar a idosa.

O óbito teria sido identificado por outros passageiros, que acionaram os funcionários do terminal. O 25º Distrito Policial, responsável pela região, encaminhou as investigações. (RS)



SERGIO ABRANCHES

O QUE ESTÁ EM JOGO NÃO É O PACOTE FISCAL, MAS AS EMENDAS PARLAMENTARES. AS CONDIÇÕES DO MINISTRO FLÁVIO DINO PARA LIBERAR AS EMENDAS, COM MAIORIA DO STF, BUSCAM SUPERAR FALHAS NA TRANSPARÊNCIA DAS EMENDAS DE COMISSÃO NA REGRA DO CONGRESSO.

A governabilidade no presidencialismo de coalizão

O governo conseguiu aprovar a urgência para os projetos de lei de sua proposta fiscal. Muitas análises viram a votação por poucos votos de margem como um alerta. Há no Brasil a tendência de valorizar supermaiorias. O que governos de coalizão precisam é garantir a maioria necessária. Dá mais coerência ao projeto. Nas democracias os governos, usualmente, obtêm o número de votos que precisam, nem mais um. Supermaiorias são mais heterogêneas e, no caso brasileiro, custam mais concessões financeiras e políticas que levam à mitigação das medidas. O governo Lula é minoritário, como disse o deputado Arthur Lira. Difícil conseguir supermaiorias. Na votação de mérito terá que negociar uma nova maioria e ela provavelmente será na conta.

O que está em jogo não é o pacote fiscal, mas as emendas parlamentares.

As condições do ministro Flávio Dino para liberar as emendas, com maioria do STF, buscam superar falhas na transparência das emendas de comissão na regra do Congresso. Nessas emendas não querem dizer à nação quem está transferindo quanto, para quem e para fazer o quê? Uma satisfação elementar ao contribuinte-eleitor.

Falta também discutir o limite para o volume do orçamento que o Congresso pode executar por conta própria. Dependerá de negociação entre Executivo e Legislativo. Mas é uma negociação sem paridade de armas porque o governo precisa do Congresso e os parlamentares, com a quantidade de recursos que capturaram ao Executivo, precisam menos do governo. O que se discute aqui é a parcela do orçamento livre que restará ao Executivo, porque, além das emendas, a maior parte do orçamento é engessada, carimbada e tem endereço fixo.

O presidencialismo brasileiro tem

condições exigentes de governabilidade. O sistema é multipartidário, em uma Federação extensa e heterogênea, para governar uma sociedade muito desigual. Os partidos não são programáticos. São puramente eleitorais. Esse sistema, nesta sociedade, não gera maiorias partidárias. O presidente precisa montar uma coalizão que tenha a maioria no Congresso e seja o menos heterogênea possível. Logo com o menor número de partidos necessário para fechar a conta. Como formar uma coalizão com partidos que não são programáticos? Oferecendo cargos que tenham influência eleitoral e verbas para irrigar suas bases. Eles são catadores de votos. Se os partidos fossem programáticos, como na Europa, a coalizão se faria em torno de pontos do programa do futuro governo.

Hoje, os parlamentares só precisam de cargos e verbas do governo em pontos específicos ou por ganância. Por quê?

Eles controlam por emendas um volume de recursos do Executivo bastante para irrigar seus redutos eleitorais. E mais, têm acesso a dois fundos bilionários, partidário e eleitoral, criados por eles para financiar suas campanhas. Isso aumenta o número de parlamentares que têm sua reeleição praticamente garantida. Reduz a renovação e libera muitos parlamentares de fazerem acordos com o governo para votar matérias do Executivo.

O tamanho médio das bancadas caiu nas últimas eleições. Coalizões majoritárias passam a precisar de mais partidos, com maior rivalidade entre si. As concessões para aprovar projetos do governo ficam mais caras. Nessas condições, supermaiorias são ainda mais difíceis e disfuncionais e as exigências para aprovar matérias tendem a distorcer os objetivos com os quais o governo se elegeu. Isso compromete a capacidade de governança do Executivo, prejudicando-o junto a seu eleitorado.

O presidencialismo de coalizão per-

manecerá em crise, enquanto o Executivo não retomar controle suficiente da execução orçamentária para voltar a ter poder de agenda. O Congresso não quer abrir mão da montanha de dinheiro que conquistou, enquanto o chefe do Executivo tramava um golpe com seus generais, para ficar no poder. Desinteressado da agenda necessária de governo, dedicou seu tempo à conspiração palaciana, a pequenas questões e à redução de direitos de grupos que discriminava por diferentes razões.

O golpe inacabado deixou muitas sequelas. Uma delas foi essa transferência de funções constitucionalmente destinadas ao Executivo, para um Congresso invertebrado, com sobre-representação de poderosos grupos de interesses. A representação de segmentos vulneráveis da sociedade, que já é incipiente, fica ainda menor quando o governo é mais progressista que o Legislativo e está em minoria, como é o caso. O problema maior não são as emendas ou o ajuste fiscal, mas a governabilidade do país.